

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Durante o início de 2011, o então Governo do PS liderado por José Sócrates, juntamente com o PSD e o CDS, “negociaram” com as instituições estrangeiras – FMI, BCE e UE – o chamado “memorando de entendimento” que o Partido Comunista Português caracterizou como um verdadeiro Pacto de Agressão contra os portugueses. A entrega de uma parte significativa da soberania nacional a instituições estrangeiras, através do referido memorando assinado pela *troika* doméstica (PS, PSD e CDS) e a pela *troika* estrangeira (FMI, BCE e UE), foi realizada a pretexto de uma necessidade de liquidez e de dificuldades orçamentais.

Contudo, o “memorando” ia muito além de um contrato de cedência de liquidez e de concessão de crédito e traduziu-se num verdadeiro programa político de subversão da Constituição da República Portuguesa e de reconfiguração do Estado e da estrutura de rendimentos em Portugal. No essencial, as diretrizes fixadas no “memorando” determinavam a retirada do interesse e da presença pública em praticamente todos os setores da economia, a fragilização dos vínculos laborais, direitos e salários dos trabalhadores, o incremento da rendibilidade do setor financeiro, a liberalização de praticamente todos os mercados, a privatização de serviços públicos e outras chamadas reformas que resultam numa alteração qualitativa da distribuição do rendimento nacional. Entre 2011 e 2014, os trabalhadores portugueses, os reformados e pensionistas, perderam entre 20 a 30% do seu poder de compra, enquanto os grandes grupos económicos aumentaram os seus lucros e a banca “limpou” imparidades que, de acordo com o Governador do Banco de Portugal, ascendiam a 30 mil milhões de euros.

Durante as “negociações” do pacto assinado entre as *troikas*, e após a sua apresentação, PS, PSD e CDS afirmaram que o pacto previa três vetores de intervenção: orçamento e finanças públicas, reformas estruturais da Economia, estabilidade do sistema financeiro. Esses três vetores expressavam-se também na distribuição prevista para os 78 mil milhões de euros que PS, PSD e CDS contraíam como “empréstimo”, a pagar pelo povo português durante décadas, não só em capital e juros, mas também com direitos políticos, sociais, culturais e económicos. Desses 78 mil milhões, assim foi anunciado, 12 mil milhões estavam reservados para eventuais necessidades de recapitalização das instituições financeiras cujos rácios de capital se situassem

abaixo dos valores exigidos; 35 mil milhões estavam afetos a pagamentos de juros da dívida e os restantes 30 mil milhões seriam canalizados para a economia como forma de compensar a necessidade de diminuição dos rácios de transformação presentes na banca nacional.

A diminuição dos rácios de transformação nos termos exigidos pelo “memorando” retiraria à economia nacional 30 mil milhões de euros. Contudo, essa liquidez seria assegurada pelo “empréstimo”. Assim foi anunciado. Assim foi discutido em algumas das reuniões da Comissão Eventual de Acompanhamento às Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, criada na Assembleia da República.

Ora, sendo que o rendimento nacional diminuiu no conjunto dos 3 anos de vigência do “memorando”, que o investimento caiu, o crédito diminuiu, os rácios de transformação da banca diminuíram sem que tal se devesse apenas ao aumento da poupança, não se compreende em que despesas e qual o destino dos 30 mil milhões de euros que supostamente serviriam a economia, particularmente as pequenas e médias empresas. Curiosamente, o Governador do Banco de Portugal, ao anunciar que as imparidades da banca nacional em 2010 ascendiam a 30 mil milhões de euros, anunciou simultaneamente que tais imparidades hoje estavam já abatidas dos balanços por provisões. 30 mil milhões de euros é um valor absolutamente incomportável para um sistema financeiro com a dimensão do português e revela uma total incapacidade dos supervisores ao longo do tempo. Será fundamental compreender que fenómenos e processos conduziram a imparidades de crédito dessa dimensão e igualmente importante será compreender a que capital foi abatido o provisionamento dessas imparidades, nomeadamente, com que contributo de dívida garantida pelo Estado e com que outras formas de recursos públicos, além das disponíveis no fundo de recapitalização de 12 mil milhões de euros, constante no “empréstimo”.

Ao mesmo tempo, a suposta necessidade e imposição de “desalavancagem” da economia nacional, apenas se fez sentir nas famílias. De acordo com a McKinsey, entre 2007 e 2014, o setor público “alavancou-se”, tal como o setor privado e em especial o setor financeiro. Tal significa que, apesar de ter diminuído os rácios de transformação, a banca portuguesa está hoje mais endividada. Só o conjunto das famílias tem hoje menos volume de créditos.

Durante 2011 e 2014, e o mesmo se pode aplicar ao primeiro semestre de 2015, o investimento público caiu, a despesa social diminuiu, tal como a massa salarial dos trabalhadores da função pública e, conseqüentemente, a despesa com salários e encargos sociais do Estado. Durante esses anos, os serviços de saúde, educação e cultura sofreram importantes cortes. Tais cortes justificam as dúvidas sobre os destinos do “empréstimo” da *troika*, que foi usado como justificação para que os portugueses suportassem os mais violentos ataques à sua dignidade e direitos de que há memória após a Revolução de 1974.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português requer a V. Exa se digne solicitar ao Governo, através do Ministério das Finanças, respostas às seguintes questões:

1. Qual a composição do crédito concedido a Portugal pelas instituições estrangeiras? A que credores corresponde cada componente do crédito? Qual a taxa de juro associada a cada uma dessas componentes?
2. Que destinos teve cada parcela do “empréstimo”, além do conhecido destino de 12 mil milhões de euros para o fundo de recapitalização das instituições bancárias?
3. Qual foi a utilização dada ao valor de 30 mil milhões, então anunciado como valor do apoio à economia?

4. Que mecanismos foram utilizados para fazer chegar qualquer parte do “empréstimo” de 78 mil milhões às empresas e às famílias?
5. Qual o valor total de dívida garantida pelo Estado na banca nacional?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 1 de Julho de 2015

Deputado(a)s

MIGUEL TIAGO(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)

JOÃO RAMOS(PCP)

PAULO SÁ(PCP)